

# REFLEXÕES SOBRE A CIDADE E SUA GESTÃO

*Edmilson Rodrigues<sup>1</sup>*  
*Carlos Lima<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este trabalho disserta sobre as formas de gestão da cidade desde uma perspectiva popular. Considerando que a cidade atual é a cidade do capital, apresentando uma configuração que necessariamente reflete uma ordenação cindida em classes sociais, discute-se a potencialidade histórica que um governo de esquerda tem para ajudar na luta pela inclusão das parcelas despossuídas da população. Conclui-se que é tarefa imprescindível transformar o município em uma fronteira de luta pelo fortalecimento da combatividade operária a fim de negar o negativo do capital, sem perder de vista que mesmo as administrações exitosas são apenas uma peça nesta grande engrenagem que é a luta de classes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade; capitalismo; política; gestão popular.

**ABSTRACT:** This work discusses the forms of administration of the city from a popular perspective. Considering that the nowadays city is the city of the capital, presenting a configuration that necessarily reflects an ordering layered in social classes, it is discussed the historical potentiality that an opposition government has to help for the fight for the inclusion of the portions with no possesses of the population. It is concluded that a task to transform the municipal district in a fight front for enforcement of the labor militancy is indispensable in order to deny the negative side of the capital, without losing the view that even the successful administrations is just a piece in this huge engagement that the fight of classes is

**KEY WORDS:** City; capitalism; politics; popular administration.

---

<sup>1</sup> Prefeito de Belém, Arquiteto e mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA).

<sup>2</sup> Doutor em Economia por Paris I, Sorbonne. Professor da UnB.

Toda cidade é essencialmente criação coletiva. A cidade a fazem e a habitam inumeráveis seres humanos ao largo de muitas gerações. A cidade é um feito físico, espacial, tangível, que modifica e caracteriza a paisagem, e ao mesmo tempo é um feito cultural, social, histórico, sucedido nessa criação coletiva.

(Arquiteto Mariano Arana, Prefeito de Montevideu, Uruguai)

### Cidade: lugar de construção de sonhos<sup>3</sup>

**C**ONSTRUÇÃO coletiva, a cidade é trabalho social que se realiza historicamente. Objeto tangível – meio ambiente natural e construído. – é espaço apropriado, adaptado e produzido às necessidades humanas em conformidade com a formação econômica e o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas e relações sociais (arquiteturas, vias, parques e praças, obras de saneamento, etc.). A cidade é síntese multicultural, é relação conflituosa de valores produzidos pela extensa e profunda divisão social do trabalho. A cidade é expressão multifacetada da subjetividade de seus habitantes que, para além de suas necessidades imediatas, determinam sua dimensão material, tangível. Assiste razão a Lefebvre, quando diz:

As criações urbanas mais eminentes, as obras mais ‘belas’ da vida urbana (‘bela’, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. (Lefebvre, 2001, p. 3-4)

Cidade, lugar onde os sinais de possibilidade do novo manifestam-se com vigor, é também lugar das trágicas produção e reprodução das relações sociais desiguais inerentes a sociedade atual. A cidade que conhecemos é a cidade do capital e, por isso, apresenta no espaço uma configuração que necessariamente reflete a divisão, a clivagem, a ruptura da sociedade irremediavelmente cindida em classes sociais, onde de um lado estão os proprietários dos meios de produção e subsistência e, do outro, os não-proprietários desses mesmos meios. A cidade que conhecemos traz a marca social do capital que é o acesso de uns poucos a uma melhor qualidade de vida: saneamento público, transporte, saúde, educação, cultura, habitação, lazer, alimentação etc. Outra parte se encontra excluída desse processo que, de forma iniludível, é a condenação a uma existência desprovida do mínimo necessário a uma vida digna. A cidade aludida faz com que pareça natural que parte da cidade seja aquinhoadada com o que há de melhor produzido pelo homem no mundo do capital, enquanto parte substantiva da cidade possui as mais degradantes formas de vida e que, “por acaso”, lá se amontoam como “lixo” os deserdados, os excluídos.

Nesse sentido é que um governo de esquerda tem potencialidade histórica para ajudar na luta pela inclusão das parcelas despossuídas da população. Ele cria a ambiência

<sup>3</sup> A abordagem realizada neste trabalho retoma, sintetizando e enriquecendo, a contida em Rodrigues (1996). Volta-se a afirmar a cidade como objeto essencial e imprescindível de qualquer reflexão teórica que pretenda formular uma estratégia e uma práxis de transformação social.

socioespacial propícia para que a classe que vive da venda de sua força de trabalho assuma papel ativo nas transformações sociais. É também o lugar em que um complexo mecanismo de exploração e exclusão sociais, uma combinação de processos de trabalho diferenciados onde convivem formas arcaicas com modernas, propiciam uma caracterização singular do espaço produzido e apropriado pelo capital em que se manifesta o caráter desigual e combinado<sup>4</sup> do desenvolvimento do capitalismo. A cidade é, ao mesmo tempo, una e múltipla, expressão de vida em permanente transformação. Ordem desordenada é privilegiado “lugar da história”, onde problemas socioeconômicos e as lutas de classes assumem peculiar magnitude criando condições objetivas e subjetivas necessárias à realização do sonho socialista.

A urbanização como processo histórico mundial tende a se intensificar, o que torna imprescindível o estudo sistemático do objeto urbano, que deve ser apreendido e compreendido numa perspectiva totalizadora, como requisito para a construção social da utopia de um tipo de cidade/sociedade feliz, humanizada e humanizadora da espécie humana. Esse objetivo, encarado como possibilidade histórica, pressupõe conhecimento da realidade, experiência de lutas e conquistas resultantes da ação concreta dos seres que vivem do seu trabalho, por dentro da ordem social vigente, através de ações socioeconômicas reformadoras que ajudem a compor um leque de ações que consolidem uma estratégia contra a ordem, e também por fora da ordem por meio das mais diversas e possíveis formas de lutas tanto intra quanto extra-institucionais.

Neste momento de crise agônica do capital, em que o Estado aparentemente diminuiu sua importância no cenário econômico, a luta de classes se apresenta de forma mais complexa. De um lado, no chão da fábrica, de outro reveste a forma de luta dos variegados interesses sociais pela apropriação de parte do orçamento público, ou seja, a valorização dos capitais privados passa por sua negação, que é a publicização. Assim se expressa Oliveira:

Trata-se da extrapolação dos espaços privados ou, dizendo de outro modo, da insuficiência da esfera privada para tramitar e processar novas relações sociais que, por essa razão, vê-se metamorfoseada em esfera pública. A dialética do processo resulta em que ele é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformam em interesses gerais, públicos. Não há, portanto, ao contrário do que afirma a denúncia liberal e neoliberal, interesse do Estado senão na medida em que este aparece como uma instância necessária da publicização. (...) O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um mix que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. (Oliveira, 1998, p. 50-51, 53).

Na verdade, os múltiplos capitais na sanha por sua autovalorização necessitam do Estado porque em crise também se encontram. É importante salientar que o Estado do

<sup>4</sup> O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista foi apontado por Trotsky. “A Rússia tardiamente fez sua revolução burguesa que foi forçada a transformá-la em revolução proletária. Dito de outra forma: A Rússia se encontrava tão atrasada relativamente a outros países que foi obrigada, pelo menos em certos domínios, a ultrapassá-los. Isso parece absurdo. Entretanto, a história está cheia desses paradoxos” (Trotsky, 1950, p. 7).

Pará, malgrado suas riquezas, possui tanto o setor primário quanto o secundário em situação reveladora de baixa produtividade se a compararmos com o restante do país. O grande empregador é o terciário e, Belém, cidade terciária por excelência, tem no governo seu grande empregador. Mas não se pode, e ao governo não é dado fazê-lo, descurar do fato que as políticas públicas neste país têm obedecido a uma lógica perversa, qual seja, a política de cunho eminentemente neoliberal. Tal política, implementada em nível nacional pelo governo Fernando Henrique de triste lembrança, consistia, entre outras perversidades, segurar a inflação em patamares sensivelmente baixos – política pública tendente à deflação – com juros escorchantes.

O resultado da administração caótica implementada pelo governo foi que vários setores da economia brasileira se depararam com o cadafalso e, em conseqüência, as cidades brasileiras passaram a conhecer um fantástico emprego informal em contraposição ao formal. A sociedade brasileira assistia e assiste atônita ao crescimento inusitado do desemprego e, portanto, da violência.

A política pública levada a efeito no país contribuiu sobremaneira para a adiposidade da elite e o emagrecimento dos trabalhadores gerados, também, por uma política cambial suicida em que R\$ 0,84 valia um dólar. Enquanto os salários permaneciam congelados o desemprego crescia exponencialmente. A elite passou a comprar a preço de banana os carros importados, a chamada linha branca, caviar, produtos têxteis etc. Enquanto isso, os trabalhadores desempregados por uma política pública irresponsável, comiam em vez de caviar..., asa e perna de frango. O cinismo da elite chegou ao ponto de dizer que o símbolo do Real era a dentadura. Agora o povo desdentado, com a boca toda esburacada, poderia sorrir branco. A sociedade cindida, dividida e endividada se reproduzia e se reproduz de forma cada vez mais esgarçada.

O processo acima descrito ocorre quando a sociedade brasileira é fundamentalmente urbana. Esse intenso processo de urbanização, realizado sem um tipo de planejamento orientado a partir da participação popular, submetido apenas à lógica do capital em crise, inevitavelmente vem acompanhado de perspectivas nada alentadoras no que se refere à melhoria das condições de vida para a população. Por isso não é possível passar-se ao largo da problemática urbana se se pretende discutir uma alternativa concreta ao capitalismo. A saída para as mazelas socioambientais que nos espaços urbanos manifestam-se tão fortemente, está vinculada à possibilidade de os setores explorados e excluídos do campo e da cidade construírem seu próprio projeto transformador. Neste ponto, assumindo-se a possibilidade da transformação estrutural, de caráter socialista, como um momento que pressupõe um processo certamente longo de acúmulo de forças, há de se pensar, nessa perspectiva, um programa de caráter democrático e popular no qual a dimensão urbana seja posta na medida de sua importância estratégica. Esse pensar encontra respaldo na prática social. Hoje o capitalismo passa por sua mais grave e completa crise. Os EUA têm uma dívida pública de 5,6 trilhões de dólares e a União Européia apresenta, também, uma dívida de 5,5 trilhões de dólares, portanto, o custo de manutenção deste vetusto enfermo é cada vez maior o que nos abre a possibilidade de pensar mais concretamente numa sociedade livre das amarras produzidas pelo capital.

A cidade é a janela entreaberta por onde se pode vislumbrar o futuro. Ela manifesta uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que ensaja a reprodução

ampliada do capital, é também o locus em que as lutas de classes se manifestam de forma aguda já que a cidade é entremeada pelos antagonismos sociais.

Significa dizer que a busca de solução para os problemas urbanos é parte do rico processo histórico de produção social do sonho de uma sociedade feliz. Nesse sentido:

A vida comunitária (...) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de frações, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. Os confrontos políticos entre o "minuto popolo", o "popolo grasso", a aristocracia ou a oligarquia, têm a Cidade por local, por arena. Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade. (Lefebvre, 2001, p. 5-6).

A cidade como *locus* privilegiado do capital, vai ser o palco em que a luta entre os capitalistas e trabalhadores assalariados irá se manifestar. De um lado os risonhos proprietários das condições sociais de trabalho procuram manter o status quo. Do outro, os sem direitos – 54 milhões de miseráveis, trabalhadores potenciais –, excluídos da produção e consumo lutando para reverter o quadro de indigência e de desespero em que foram transformados. Não há como negar, no mundo do capital em crise, a necessidade premente da luta das classes trabalhadoras pela superação da sociedade atual, cuja essência é, pelo lado dos alegres e risonhos capitalistas a valorização de seu capital e, pelo lado da classe trabalhadora, a própria produção social da infelicidade humana. A cidade é um dos mais estratégicos lugares da construção de sonhos socialistas.

### Notas sobre concepção e prática de gestão pública

Em certos aspectos, as perspectivas orientadoras das concepções e práticas existentes no seio das forças políticas afinadas com o ideário socialista, sobre a forma de relacionar-se com o aparelho de Estado na sociedade atual são bem diversificadas. As diferenças e as convergências são de grande importância para uma reflexão dialética sobre as contradições vivenciadas por socialistas e outras forças políticas do campo democrático e popular, no exercício do papel de governantes de espaços públicos urbanos, (regional e/ou nacional), produzidos pelo próprio processo de acumulação de capital e, por isso, submetidos à lógica do mercado: a lógica da exclusão.

Como governar uma cidade sem que isso signifique submissão aos limites jurídico-políticos formais da sociedade vigente? Como as experiências de governos populares podem contribuir para a construção de uma síntese, que se constitua como base de uma práxis capaz de ajudar na realização de processos mais articulados e mais sistemáticos das pessoas que, sendo ocupantes do poder instituído, nem por isso deixam de acreditar que a história e o sonho de felicidade humana não acabaram? Como realizar essa práxis política que contribua para afirmar – construindo e fortalecendo – os instrumentos populares autônomos de poder? Enfim, como contribuir para a construção do poder popular – possibilidade de ruptura com a ordem estabelecida –, se uma experiência vitoriosa de governo pressupõe uma governabilidade que, em última instância, significa governar por dentro da ordem e, de certa forma, reforçando-a? As dúvidas, por si sós, são suficientes para denotar que as experiências de governo podem assumir

papel fundamental para manter o sistema produtor e reprodutor das desigualdades sociais ou, então, contribuir eficazmente para sua superação.

Há locais onde os níveis de exclusão são tão brutais que um governo popular deverá administrar para inverter prioridades, diminuir ao máximo as mazelas sociais, garantir patamares pelo menos mínimos de vida cidadã para o povo. Tendo em vista a miséria material e cultural produzida pelo capital com os quais a sociedade é constringida a conviver, o governo de esquerda deve ter claro e ser consciente da dificuldade que encontrarão, ele e sociedade, na construção de uma contra-hegemonia, ou seja, na transformação dos valores capitalistas em valores materiais e culturais a eles antagônicos e, em conseqüência, propiciadores de uma mudança mais radical em termos da cultura política local.

A construção do poder popular só se realiza no bojo da afirmação de uma concepção de mundo antagônica à que se produz e reproduz à luz da lógica capitalista. A desconstrução do arcabouço de valores burgueses e a afirmação e construção de novos valores culturais condizentes com os interesses, volições da "classe subalterna", como se referia Gramsci, são aspectos fundamentais na luta que se trava no terreno da cultura e que dão significado para uma administração popular contribuir no fazimento de experiências saídas do envolvimento do povo em direção a uma sociedade mais fraterna, solidária e feliz.

Não podemos nos enganar. O capitalismo, o mais revolucionador sistema da história humana, o mais produtivo, entrou em sua fase tanática ao impedir a erotização da vida pela inseminação do trabalho humano frutificador da riqueza social. No processo de globalização em curso, a força de trabalho é negada para a afirmação do capital constante fixo, do capital coisa, da máquina. Os recursos para gerar a felicidade humana já se encontram disponíveis e, mesmo assim, cresce o número de indigentes sob o comando do capital. Nesse sentido, vale a pena citar a reflexão de Campos:

O capitalismo só encontrou uma saída para o excedente: colocá-lo ou na forma de cactos, ou na forma de guerra, ou na forma de tanque, ou na forma de espaço, ou na forma de dissipação e de poluição, em escala mundial. Esses recursos são o futuro incrustado e prisioneiro distorcido pelas relações capitalistas. Se as relações de consumo, se as relações sociais fossem outras, esse excedente produzido pelo trabalho humano não precisaria ser transformado em desemprego, em guerras, ou em atividades destrutivas, wholly wasteful, completamente dissipadoras.

O que devemos fazer, hoje, diante de 1.3 milhões de pessoas desempregadas, é vislumbrarmos pontes para o futuro, uma vez que o lucro já não pode ser sustentado pelo Estado, o lucro que se transformou em eficiência marginal do capital, nome dado por Keynes ao lucro, que chamo de eficiência fictícia; um lucro sustentado pelo Governo e não mais extraído apenas do trabalho humano. (Campos, 2003, p. 92-93)

Muitas vezes, as condições materiais de existência se constituem, como acima mencionado, em obstáculos para a realização e reprodução de novas condições materiais e culturais de existência. Porém, a consciência político-cultural também se transforma na medida em que há trabalho no campo das idéias, resultante do envolvimento do povo em processos de participação, através de experiências de co-gestão, no contro-

le pela sociedade das ações do governo, no entrelaçamento cada vez mais profundo e democrático entre governo e sociedade.

Há que se considerar, certamente, em qualquer cidade, a tradição de maior ou menor participação de um povo em processos históricos de luta transformadora e, naturalmente, a própria capacidade que as elites tiveram, ao longo dos séculos, de negar o potencial de luta desse povo, tentando domesticar a rebeldia e destruir seu potencial revolucionário. Um governo popular buscará a recuperação da tradição crítica e organizativa, a capacidade renovadora de anunciar e construir sonhos com os que pensam a utopia de forma dinâmica e buscam realizá-la com base nos princípios de democracia, justiça social e solidariedade.

É imprescindível considerar essa articulação entre o modo de governo e a estratégia. Para a esquerda, assumir a aparência de bom administrador de um determinado espaço submetido a uma economia capitalista e a sua lógica, é de pouca valia. Para um governo que tenha compromisso com os trabalhadores não interessa administrar “melhor” a crise do capital. Interessa aprofundá-la, por nas mãos da classe trabalhadora a “arma da crítica para fazer a crítica das armas” a fim de construir um mundo para o homem.

O modo de governar deve ser uma luta coletiva na qual o próprio governo assume, necessariamente, o caráter de instrumento político-pedagógico de construção do poder popular. Dessa forma, não pode abrir mão de, por dentro da estrutura governamental, possibilitar os mais amplos espaços para a participação do povo na luta pelo necessário debate democrático, para o controle popular do estado, para a construção, pelo povo, do poder popular. A distribuição do poder assume, então, papel importante, fundamental na construção de uma nova sociedade. A sociedade civil organizada deve ter papel preponderante no governo: OAB, IAB, MST, etc. devem assumir responsabilidades cada vez maiores na construção de uma sociedade em processo de emancipação da barbárie neoliberal.

Alguns elementos estratégicos têm que estar sendo pensados com centralidade nesse processo. Um governo, mesmo um governo democrático e popular ao mesmo tempo em que submete, é submetido à dinâmica da máquina administrativa. É como se ela estivesse montada para funcionar a serviço de uma lógica segundo a qual ela foi criada, visando a consolidação uma cultura administrativa cristalizadora da idéia de que a máquina burocrática do estado permanecerá imutável, a despeito dos objetivos imediatos e estratégicos das classes sociais representadas pelas forças políticas componentes do governo. Essa ditadura da máquina administrativa impõe-se, a ponto de resistir às mudanças esperadas de um governo que não a criou e que pretende modificá-la.

Hoje, na crise do mundo do capital globalizado, a luta pela soberania nacional se reveste de importância crescente. Se o governo de uma cidade, por exemplo, tenta mudar as coisas apenas para resolver problemas conjunturais, mesmo que fundamentais, sem articular-se a um projeto estratégico de nação soberana, estará apenas reforçando uma forma empobrecedora do modo de governar e, certamente, contribuindo pouco para a construção de uma sociedade democrática e socialista. Em resumo, um governo popular, mesmo que municipal, deve ser um instrumento da luta antineoliberal e de afirmação dos interesses da nacionalidade brasileira e de sua soberania. Também

é fundamental pautar a radicalização democrática como dimensão estratégica componente de um modo popular de governar.

É correto afirmar que a esquerda banalizou o debate democrático. Nesse terreno temos duas posições conflitantes.

De um lado, parte da esquerda festeja o exercício democrático atual, como se a democracia pudesse ser resumida aos processos eleitorais realizados de quatro em quatro anos, reduzindo qualquer debate a acordos e/ou composições políticas necessárias à obtenção de cargos no parlamento ou nos executivos. Não se percebe que esta é uma visão enviesada e empobrecedora do fazer político. A consequência natural de tal postura é a ditadura do pensamento único.

Do outro lado, parte da esquerda se inclina, enquanto concepção e prática, a simplesmente desconsiderar os avanços democráticos como necessidade e possibilidade do povo experimentar o aprofundamento da forma de controle social do Estado, no bojo do processo de luta de classes e de acúmulo de forças necessários à ruptura com o capitalismo. Neste sentido, o debate sobre o significado estratégico da democracia deve ser qualificado e pensado à luz de uma estratégia. As experiências mostram que ao ocupar espaços no aparelho de Estado, tem-se que criar todos os mecanismos possíveis para o aprofundamento, para a radicalização democrática como condição imprescindível à garantia de governabilidade, ou seja, de preservação dos governos democráticos e populares. Assim, a participação popular deve ser marca estratégica de um modo popular de governar.

O povo brasileiro enfrenta nos mais diversos municípios do país os problemas inerentes às cidades capitalistas, agravados pelo padrão de acumulação entreguista e excludente. Se por um lado não se pode cair no administrativismo, por outro é necessário constituir-se um espaço popular de planejamento e execução de soluções aos seus problemas concretos, imediatos ou estratégicos. O povo precisa entender o governo como espaço de conquistas na exata medida em que, por intermédio da sociedade civil organizada, em suas variegadas instâncias, for produzindo e garantindo com sua participação a realização de políticas públicas que se traduzam no usufruto concreto de conquistas sociais significativas em termos de suas condições materiais e culturais de vida. Nesse sentido, a inversão de prioridades na implantação de investimentos e serviços públicos bem como o acesso a bens culturais se constituem em princípios basilares de um governo popular. Este deve se realizar dando centralidade, também, à luta pelo socialismo numa perspectiva internacional. Hoje, como nunca, os mercados apresentam-se internacionalizados, o que submete os governos nacionais à lógica dos oligopólios financeiros. Para contrapor-se a isso as organizações sindicais, os vários partidos de esquerda, os partidos progressistas e os movimentos sociais devem buscar na organização, na luta as melhores e mais eficazes formas de se opor à pilhagem, à sangria de que é vítima a sociedade brasileira.

Muitas vezes, as diferenças de concepção e prática políticas dificultam essa tarefa. Mas há de se unificar a luta do povo para que, numa perspectiva internacionalista, como alternativa à barbárie capitalista, se ponha a construção de uma sociedade onde o homem não mais seja "o lobo do homem". O fazer-se do homem é uma tarefa dos trabalhadores e, para isso, o movimento de contra-hegemonia levado a cabo pelos "intelectuais orgânicos" tem que fazer as determinações operárias da maior crise por-

que já passou o capitalismo, a fim de possibilitar a mudança qualitativa na correlação de forças das classes sociais em luta.

Portanto, cada ação de governo, ao mesmo tempo que se afirma com realizações concretas ao nível da vida material e cultural do povo, sentida pelo povo, realizada pelo próprio povo, representa um passo importante na tomada de consciência da necessária negação do capitalismo. Ao fazer reformas sociais, governo popular e povo as fazem demonstrando que é possível se apropriar melhor do espaço-ambiente intra-urbano do que as elites que governam e dominam o País o têm feito. Ao mesmo tempo, tais práticas demonstram o quão limitadas são as reformas em busca de uma sociedade livre do domínio do capital que hoje impõe a laceração do tecido social.

Um governo popular tem que negar a alternativa socialdemocrata que se expressa na ideologia da possibilidade de humanização do capitalismo, um tipo de reformismo que nega a essência desumanizante da sociedade atual, já que ela se encontra submetida à lógica do capital.

A esquerda, ao assumir o poder político, deve repelir a transformação da luta do povo em alternativas burocráticas ou burocratizantes que, na realidade, têm servido para obstaculizar as conquistas que a duras penas os trabalhadores conseguiram e que se esvaem com as visões de socialismo que mais se aproximam de uma espécie de "capitalismo de estado burocrático".<sup>5</sup> As experiências burocráticas de socialismo se serviram como tentativas históricas de construção da utopia comunista, não se constituem em modelos a serem seguidos. Um governo popular deve ousar como forma de construção coletiva um mundo novo, forjado a partir das experiências de luta e conquistas do próprio povo. Ao mesmo tempo tem o papel fundamental de influenciar na construção de uma nova consciência política e na cultura política do povo calcadas nos valores de solidariedade, de amor à humanidade, de igualdade e justiça social, de liberdade de pensamento e ação.

Florestan Fernandes afirmava que as prefeituras podem ser verdadeiras arapucas para as esquerdas. Estas, impossibilitadas de governar o país, onde poderiam operar transformações estruturais da sociedade, assumem governos municipais onde lhes espera grande quantidade de demandas sociais que, além de consumir seu tempo e imaginação, lhes rendem um quase seguro desgaste ao não poderem atender tamanha demanda. Não se pode deixar de reconhecer sabedoria no recado do mestre. Porém, tudo na vida está grávido de contradições. A inversão de prioridades, a participação popular, a justiça tributária, o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores entre outros instrumentos populares de ação institucional, podem ajudar na conformação de uma outra e singular atuação na esfera pública de poder, afinada com os interesses daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e de outras forças sociais também vítimas da vassalagem ao grande capital mesmo quando a esquerda está no governo.

Um governo popular é, ainda, uma oportunidade extraordinária para romper com a ética burguesa, que afirma um discurso na oposição e outro quando governa. Por isso, a responsabilidade de governar, no âmbito do modo capitalista de produção, é muito

---

<sup>5</sup> Sobre sociedade que se constituiu como capitalismo de estado burocrático, ver Bettelheim (1974/83).

grande: tem-se que confirmar uma clara opção de classe, dando prioridade às classes subalternas. No jogo de forças sociais não há meio termo. A neutralidade não existe, já dizia Brecht.

É necessário muito trabalho e imaginação para que essa tarefa seja exitosa. Porém algumas regras não podem ser esquecidas. A primeira delas é a necessidade de governar respeitando o programa apresentado à sociedade no processo eleitoral, caso contrário o governo caminhará para sua deslegitimação. Rezar a cartilha da direita, compromissada com organizações internacionais e Estados que sufocam a soberania nacional e a autodeterminação dos povos, é conspurcar a própria consciência, é trair a luta por uma sociedade livre do negativo. Como diz Campos:

O meu programa ideal, utópico, seria o de algum candidato louco à Presidência da República que fosse dominado pela moria (loucura em grego CL) e que promettesse dizer um “não” ao FMI, à dívida externa, à dívida pública, da qual vivem e sobrevivem os morcegos do sistema bancário; que promettesse dizer um “não” à dominação tecnológica, que se traduziu e se constitucionalizou neste País há pouco tempo, e à dívida social.

Se um dia pudesse chegar a influir em algum programa de Governo, para qualquer candidato de qualquer partido, eu apenas sugeriria o programa da coragem, o programa do “não”, do dizer “não”, esse “não” que falta em cada cidadão brasileiro que anseia para restabelecer uma sociedade de pé, corajosa. Aconteça o que acontecer, ameacem o que quiserem ameaçar, começaremos a dizer “não” e diremos “não” a tudo que ofende, aniquila, atrasa e arruína a vida do povo brasileiro!

O meu programa seria o do “não”, e, portanto, ele vai ficar no reino da utopia, que é o meu reino. (Campos, 2001).

A segunda condição indispensável é o trabalho articulado com o partido e demais forças políticas e sociais que viabilizaram a conquista do governo municipal; a terceira é a fuga das atrativas soluções tecnocráticas que pretendem afastar o povo das grandes decisões políticas em nome de respostas consideradas “mais adequadas tecnicamente”.

Reconhecível, apesar de escondida, a velha ‘direita’ está lá para recolher os pedaços da ideologia de esquerda. A imagem do tecnocrata vem desta última. A esquerda parece pensar que o reino da técnica advirá graças a ela. Segundo ela, os homens de direita que prometem eficácia técnica não querem e não podem realizar suas promessas: planificação, satisfação de necessidades sociais, racionalização da vida social, internacional e nacional, etc. À esquerda cabe preparar a entrada na terra prometida. As duas tendências entraram em acordo sobre uma representação: o mito da tecnocracia. É que nada parece mais com a imagem de um ‘tecnocrata de esquerda’ que a de um “tecnocrata de direita”. (Lefebvre, 1971, p. 22. tradução de Carlos Lima)

Finalmente, o município é um espaço para ampliar a solidariedade de classe entre os setores populares, aumentar sua auto-estima e seu grau de organização e consciência política. Recentemente os indígenas zapatistas lançaram ao mundo uma consigna que pode ajudar nesta tarefa. Dizem eles que somente podem mandar aqueles que obedecem: “mandar obedecendo”, insistem.

No interior da esquerda, reproduz-se, muitas vezes, as práticas das classes dominantes. Mandonismo político, discurso único, não aceitação do contraditório, busca

tecnocrática de soluções de problemas, redução de expectativas sociais envelopadas por uma pretensa *rationale* técnica sob o signo do “realismo político”, tolerância com a corrupção, entre outras.

É necessário reafirmar também nos governos democrático populares que a esquerda tem uma ética e, “eles”, outra. Toda política traz implicitamente uma ética e toda ética implica em uma política. Não se pode fazer a menor concessão neste terreno, sob pena da perda de credibilidade, de legitimidade. A ética dos trabalhadores não pode ser a ética dúbia dos proprietários do capital. Como afirma Campos:

O PT, por coerência ética e por sólidos motivos econômicos, é a favor da defesa dos pequenos proprietários, do acesso à terra e à moradia, enquanto a falsa moral burguesa é simpática ao latifúndio, à especulação imobiliária, que ela defende, algumas vezes envergonhada.

“Um programa para as eleições, outro para o governo”, afirma a sempre dúbia moral burguesa. (...) Weber deu importância aos detalhes de certas normas e práticas confessionais, mas esqueceu o principal: o espírito do capitalismo é materialista, egoísta, competitivo, excludente, e, por isto, incompatível com a verdadeira ética cristã, humanista. Do ponto de vista cristão, o capitalismo é a-ético, despreza e desvaloriza a vida e a natureza que ele explora.

Por tudo isto, o PT não pode estar mudando, fazendo-se de surdo, quando companheiros nossos debandam e adotam as posições dúbias da burguesia, trocando o antigo rigor pela nova complacência. (...) Se as forças que representam o reacionarismo burguês, que defendem a opacidade e a tergiversação, se as correntes que pretendem dar aos trabalhadores o ópio da ignorância e da falsa consciência, se aqueles que acreditam na ordem burguesa, em sua estabilidade e permanência vencessem, o PT estaria perdido. Perdida a identidade, o Partido, se optasse pela via institucional, apenas, não teria grande coisa a perder, porque já teria perdido sua razão de ser e de lutar ao abandonar, também, o socialismo. (Campos, 1991, p. 80)

Renunciar a uma prática qualitativamente distinta daquela apresentada pelas elites significa reconhecer que o alerta de Florestan Fernandes era correto: cair na armadilha. Mas, se ao contrário, utiliza-se os espaços do município para incentivar e facilitar a organização popular, para superar pequenas e grandes necessidades, enraizando e fortalecendo a consciência política de que em função das imensas necessidades populares a luta não se esgota no âmbito local, sem dúvida se criarão as bases para novos, mais importantes e estratégicos combates.

Portanto, é tarefa imprescindível transformar o município em uma fronteira de luta pelo fortalecimento da combatividade operária a fim de negar o negativo do capital. Não alimentar ilusões com pequenas soluções locais, mas tampouco desprezá-las a ponto de não ver que o povo marcha para as grandes utopias a partir de suas experiências concretas, por mais limitadas que estas sejam a fim de fazer e compartilhar um mundo novo. E não perder de vista que mesmo as administrações exitosas são apenas uma peça nesta grande engrenagem que é a luta de classes. Certamente esse esforço não será suficiente para mudar o mundo. Como dizia José Martí, há mais de cem anos, “contra planos globais, somente alternativas globais”.

## REFERÊNCIAS

- BETTELHEIM, Charles. **Les luttes de classes en URSS**. Paris: Seuil/Maspero, 1974 /83. 4v.
- CAMPOS, L. Pontes para o futuro. In: **Crise, desemprego e destruição: o capital na UTI**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Neoliberalismo, crise e miséria**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O PT frente a crise do Capitalismo**. Brasília, 1991.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Vers le cybernanthrope**. Paris: Denoël / Gonthier, 1971.
- OLIVEIRA, F. A economia política da social-democracia. **Os direitos do antivalor: a economia da hegemonia imperfeita**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- Rodrigues, E. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: NAEA/UFPA/FCAP, 1996.
- TROTSKY, L. **Histoire de la révolution russe**. Paris: Seuil, 1950. T. 2.